



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0114/11	DATA: 16/03/2011
INÍCIO: 14h49min	TÉRMINO: 16h17min	DURAÇÃO: 01h28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h28min	PÁGINAS: 27	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Reunião de instalação e eleição do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente desta Casa, nos termos regimentais, para eleição do Presidente deste colegiado.

Na forma do art. 3º, inciso I, do Regulamento deste Conselho, convido para assumir a Presidência dos trabalhos o Deputado mais antigo e com o maior número de mandatos. Havíamos falado que era o Deputado Sérgio Brito, mas S.Exa., em comparação ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que é referência nesta Casa, é mais novo. O Deputado Sérgio Brito também é uma referência, mas o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame está alguns poucos anos na frente do Deputado Sérgio Brito. Portanto, convido o Deputado Mendes Thame para assumir a Presidência dos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, esclarecemos que este Conselho é composto por 15 membros titulares e igual número de suplentes.

Conforme o art. 7º do Regimento Interno, a eleição do Presidente far-se-á por escrutínio secreto, exigida a maioria absoluta dos votos. Pedimos a compreensão das Sras. e dos Srs. Deputados para que permaneçam em Plenário até a conclusão dos trabalhos.

Recebemos, e consideramos registrada, a indicação do Deputado José Carlos Araújo, enviada pelo Líder do PDT, para concorrer à Presidência deste colegiado. Essa indicação será submetida a votos pelos membros deste Conselho de Ética.

Antes de iniciar o processo de votação, também tomo a liberdade de esclarecer que se encontram na cabine de votação cédulas em branco, caso a escolha não recaia sobre o nome indicado.

A chamada será nominal, por partido. À medida que forem sendo chamados, os Srs. Deputados, depois de assinarem a folha de votação e de posse da sobrecarta, deverão dirigir-se à cabine de votação e selecionar sua cédula, colocando-a no envelope que será depositado na urna.



Suplentes deste Conselho serão chamados em caso de ausência dos titulares dos referidos partidos.

Convido o Deputado Sérgio Brito para auxiliar nos trabalhos, na qualidade de Secretário.

Vamos iniciar a chamada dos titulares do PT.

São três integrantes titulares. Caso não estejam aqui, serão chamados os suplentes, pela ordem de indicação.

PT.

Deputado Assis Carvalho, do PT do Piauí. Está aí? *(Pausa.)* Não? Não está presente?

Deputada Professora Marcivania, do PT do Amapá. *(Pausa.)* Também não está presente.

Deputado Sibá Machado. *(Pausa.)* Presente.

Vamos proceder à chamada de dois Deputados suplentes do PT.

Deputado Amauri Teixeira. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Ferro. *(Pausa.)* Não está.

Deputado Padre Ton. *(Pausa.)* Também não está.

Fica faltando um voto do PT. Se até o final da votação algum desses Deputados aqui estiver, nós iremos chamá-lo.

Na sequência, do PMDB, dois votos.

Deputado Mauro Lopes. *(Pausa.)* Não está.

Deputado Wladimir Costa. *(Pausa.)* Também não.

Suplentes.

Deputado Edio Lopes. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Piau. *(Pausa.)*

Pelo PSDB.

Deputado Carlos Sampaio. *(Pausa.)*

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Também eu me dirijo para votar.

(Pausa.)

Na sequência, pelo PP.

Deputado Eduardo da Fonte. *(Pausa.)*

Deputado Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*



Deputado Vilson Covatti. *(Pausa.)*

É o Deputado Onyx? Então, o Deputado Vilson não vota. Já completa com os Deputados Eduardo da Fonte e Onyx Lorenzoni. Sinto muito.

PR.

Deputado Lúcio Vale. *(Pausa.)*

PSB.

Deputado Ariosto Holanda. *(Pausa.)* Não está.

Suplente.

Deputado Abelardo Camarinha. *(Pausa.)* Também não.

Falta um voto para o PSB.

PDT.

Deputado José Carlos Araújo. *(Pausa.)*

Bloco PV/PPS.

Deputado Ricardo Izar. *(Pausa.)*

Suplente: Deputado Stepan Nercessian. *(Pausa.)*

PTB.

Deputado Silvio Costa. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Corte Real. *(Pausa.)*

PSC.

Deputado Sérgio Brito. *(Pausa.)*

Falta um Deputado do PT.

Deputado Assis Carvalho. *(Pausa.)*

Deputada Professora Marcivania. *(Pausa.)*

Completa-se, com isso, o PT.

Falta um voto para o PSB.

Deputado Ariosto Holanda. *(Pausa.)* Não está.

Deputado Abelardo Camarinha. *(Pausa.)* Também não está. *(Pausa.)*

Temos 14 votos. Faltou um voto do PSB, porque nem o titular nem o suplente estão presentes. Há um total de 14 votos.

Passo a palavra ao Deputado Sérgio Brito, que irá acompanhar a apuração.
(Pausa.)



Declaramos que o número de sobrecartas coincide com o número de votantes. Passamos à apuração dos votos. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Quatorze cédulas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com isso, declaramos eleito para Presidente o Deputado José Carlos Araújo, a quem convido a assumir a Presidência deste Conselho, considerando-o empossado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Sr. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que presidiu esta reunião de instalação do Conselho, na condição de detentor, dentre os presentes, do maior número de mandatos (cinco), o que atesta a confiança e o reconhecimento do povo paulista ao seu competente trabalho; minhas Sras. Conselheiras; meus Srs. Conselheiros; ilustre Deputado Eduardo da Fonte, 2º Vice-Presidente da Mesa Diretora, que, na condição de Corregedor da Câmara, integra o Conselho como membro nato, a quem tenho a honra de convidar a tomar assento à mesa (*palmas*); Srs. Líderes; Sras. e Srs. Parlamentares aqui presentes; senhoras e senhores que nos honram com sua presença; senhores da imprensa, honrado com a escolha de meu nome para conduzir, por mais um biênio, os trabalhos deste Conselho, agradeço a todos os integrantes deste colegiado o voto de confiança que me conferiram.

De modo especial, consigno meus agradecimentos ao Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, e ao Líder do meu partido, Deputado Giovanni Queiroz, responsáveis pela minha recondução à Presidência.

O meu muito obrigado a todos os demais Líderes e Parlamentares que contribuíram para a minha eleição.

Caros colegas, mais uma vez registro que estou cômico da responsabilidade que recai sobre meus ombros e dos desafios da tarefa que iremos enfrentar.

A nossa árdua e nem sempre bem compreendida missão só será coroada de êxito se contarmos com o imprescindível apoio e colaboração de todos os integrantes deste colegiado, designados que foram pelas suas Lideranças em razão das qualidades e virtudes que reúnem.

Não posso prescindir da experiência de cada membro deste Conselho, bem como do apoio dos funcionários e servidores que aqui trabalham, dos profissionais



da imprensa e de todos aqueles que, direta ou indiretamente, compartilham de nossa atividade e também dos seus resultados.

Como disse em ocasião anterior, o ideal seria que este colegiado não fosse instado a se reunir para apreciar condutas que violam os princípios éticos balizadores do nosso comportamento no exercício do honrado mandato representativo que nos foi outorgado pelos eleitores. Quiçá assim fosse!

A respeito da atuação do Conselho, agora revitalizado com uma nova composição, julgo oportuno trazer ao conhecimento de todos algumas informações.

Permitam-me recordar que, quando da minha posse neste Conselho, em março de 2009, tomamos importantes iniciativas, visando ao fortalecimento do nosso Conselho de Ética.

Para isso, contei com a colaboração de vários Deputados que continuam a integrar este Conselho, alguns dos quais estão aqui. Quero ressaltar a participação e a colaboração dos Deputados Paulo Piau e Chico Alencar, que muito nos motivou e ajudou.

Como todos sabem, ficou patente, em decorrência do exaustivo trabalho que este Conselho realizou, sobretudo no curso da penúltima Legislatura — quando mais de uma centena de processos foram abertos contra Deputados para se apurarem supostas violações de condutas éticas —, a necessidade de se buscarem condições institucionais e instrumentos legais processantes mais adequados para que o Conselho cumprisse, com autoridade, credibilidade e eficácia, a sua missão institucional.

Assim, dando continuidade ao trabalho iniciado pelo saudoso ex-Presidente Ricardo Izar — a quem dedicamos o nosso profundo respeito pela competência com que se houve nos 3 anos que dirigiu este colegiado e cujo filho hoje aqui se faz presente, integrando, inclusive, este Conselho —, propusemos, após amplo estudo, uma série de medidas legislativas capazes de dotar o Conselho das ferramentas indispensáveis para cumprir a contento a sua tarefa.

Com efeito, submetemos à apreciação da Casa uma proposta legislativa abrangente, com vistas ao fortalecimento do Conselho Ética, nos termos abaixo. E aí, Deputado Eduardo da Fonte, que é Corregedor desta Casa e membro nato deste



colegiado, contamos com sua participação na Mesa para que possamos lograr êxito na pretensão que temos de reformular aquilo que pensamos no passado.

Hoje estamos revigorados com a presença de tantos Deputados novos que chegam e com aqueles que já faziam parte do Conselho, mas é importante aprovar essas medidas para que possamos realmente implementar os mecanismos que pensamos ser necessários para que este Conselho seja mais ágil e possa agir com pensamento moderno, com o pensamento que esta Casa tem de restabelecer a credibilidade dos políticos.

O Projeto de Resolução nº 180, de 2009, altera substancialmente o nosso Código de Ética. Esse projeto foi apensado, juntamente com outros, ao Projeto de Resolução nº 137, de 2004, tendo sido aprovado por unanimidade na CCJC, nos termos do substitutivo oferecido pelo ilustre Relator, o então Deputado Colbert Martins. Encaminhado à Mesa Diretora, a matéria foi aprovada nos termos de um segundo substitutivo, da lavra do então Corregedor e Relator, o ilustre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Esse substitutivo está pronto para ser incluído na pauta. Contempla algumas inovações das quais discordamos e que trarei oportunamente para apreciação dos senhores.

A segunda proposta foi a apresentação do Projeto de Lei nº 5.174, de 2009, que estende às atividades dos Conselhos de Ética da Câmara dos Deputados e do Senado Federal disposições da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, sobre Comissões Parlamentares de Inquérito. Esse projeto foi distribuído para exame na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo sido arquivado ao final da Legislatura. Pretendemos, com aquiescência do Conselho, requerer o seu desarquivamento.

A terceira proposta foi apoiar a iniciativa e requerer a instalação da Comissão Especial destinada a apreciar a PEC nº 548, de 2006, de autoria do ilustre Deputado e Conselheiro Antonio Carlos Mendes Thame, que presidiu a nossa eleição, e outros, a qual, apensada à PEC nº 76, de 2007, de autoria do ilustre Deputado Dagoberto e outros, teve a admissibilidade já aprovada na CCJC. Tais proposições dão nova redação aos arts. 55 e 58 da Constituição Federal, para estender aos Conselhos de Ética da Câmara e do Senado poderes de investigação próprios das



CPIs e dar definição mais claras quanto à aplicação de sanções disciplinares a Parlamentares por fatos ocorridos em data anterior ao mandato.

Registro também que, nesta Legislatura, sobretudo após a divulgação do caso da Deputada Jaqueline Roriz, foram apresentadas a esta Casa cinco proposições, a saber: o Projeto de Resolução nº 242, de 2001, de autoria do Deputado Robson Tuma, que regulamenta procedimentos de oitiva de testemunhas junto ao Conselho; o Projeto de Resolução nº 31, de 2011, de autoria do ilustre Deputado Reguffe, que altera dispositivo do Código de Ética para caracterizar como ato incompatível com o decoro o recebimento de vantagens indevidas também para a obtenção do mandato; os Projetos de Resolução nºs 33 e 34, de 2011, de autoria da ilustre Deputada Erika Kokay, alterando o Código de Ética para, em linhas gerais, melhor caracterizar como atos incompatíveis com o decoro delitos praticados antes do exercício do mandato; e, na mesma linha, o Projeto de Resolução nº 36, de 2011, do ilustre Conselheiro Antonio Carlos Mendes Thame.

Vejam, senhoras e senhores, que tanto as iniciativas que propusemos há 2 anos quanto as proposições recentemente apresentadas convergem no sentido de aperfeiçoar o ordenamento jurídico vigente, referente ao nosso Código de Ética.

É nossa intenção pleitearmos ao Presidente da Câmara que a Mesa dê celeridade à tramitação dessas matérias e ultime as providências apontadas.

Quero esclarecer também, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Corregedor, que o Deputado Presidente desta Casa nos garantiu, em uma conversa que tivemos com S.Exa., quando fui convidado para permanecer na Presidência deste Conselho, todas as condições para a reforma que nós pretendemos, para que este Conselho realmente se torne célere e possa atingir os objetivos de todos os Deputados que o compõem.

Feitas essas considerações, informo que serão encaminhadas posteriormente a todos os integrantes do Conselho cópias das proposições mencionadas e que estamos abertos para o recebimento de novas sugestões que julgarem pertinentes para aperfeiçoar o nosso Código de Ética.

Certo de que contarei com o apoio dos meus pares, agradeço mais uma vez a todos a presença e a valiosa colaboração que sei que não me faltará.



Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, tenho certeza de que este Conselho de Ética vai cumprir com a sua obrigação e de que não vai faltar em hora nenhuma, Sr. Corregedor, ao que esta Casa precisa, ao que esta Casa quer.

Com a palavra o Deputado Damião Feliciano.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, eu não sou membro deste Conselho, mas faço parte do PDT e vi a unanimidade do partido em relação à indicação de V.Exa. para presidir este Conselho de Ética, que é até melindroso, como se diz na linguagem popular. O que V.Exa. e todos os nobres Deputados e Deputadas fazem é seguir a ética na política, a começar dos próprios pares.

Como houve unanimidade no partido e na eleição de V.Exa., e eu estou vendo que V.Exa. está defendendo um novo Código de Ética com as modificações que esta Casa merece, quero, em nome do PDT, parabenizar V.Exa. e desejar que faça um bom mandato. Rogo a Deus que V.Exa. e os pares desta Comissão possam trazer melhoria para a política brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Vilson Covatti.

O SR. DEPUTADO VILSON COVATTI - Sr. Presidente, minhas palavras iniciais são para o registro de um desejo profícuo de uma excelente gestão para V.Exa. nesta nova Legislatura. Não é por acaso que o seu partido o escolheu por unanimidade e o senhor foi eleito por unanimidade, mas por sua conduta, por seu conhecimento, por sua imparcialidade. E este Conselho de Ética haverá de responder às expectativas da nossa população na condução do exercício da atividade parlamentar.

Eu tenho certeza de que V.Exa, acompanhado do nosso Corregedor, do qual tenho muito orgulho de ser suplente, nesta Comissão, o Deputado Eduardo da Fonte, marcará época, com uma conduta que realmente vai devolver ao nosso Parlamento os mais altos créditos por tratarmos das questões que dizem respeito à ética, à moralidade, à honestidade e ao bem comum.

Parabéns a V.Exa. e ao nosso Corregedor, Deputado Eduardo da Fonte.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Muito obrigado, Deputado Vilson.

Tenho certeza de que este Conselho realmente vai marcar época. Nós temos aqui vários Deputados com experiência de vários mandatos, temos aqui o Deputado Sibá Machado, que foi Senador e Presidente do Conselho de Ética do Senado e que vem aqui, tenho certeza, nos ensinar. Tenho certeza, Deputado, de que eu vou me pautar pelo seu conhecimento. Farei tudo para tê-lo não só como conselheiro deste órgão, mas também como meu conselheiro na condução dos trabalhos do Conselho de Ética.

Temos aqui vários Deputados, como o filho do saudoso Deputado Ricardo Izar, com quem trilhei neste Conselho no momento em que cheguei a esta e com quem muito aprendi. Enfim, todos os Deputados que estão aqui têm grande experiência. Tenho certeza de que faremos um grande trabalho à frente deste Conselho.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, como Líder do PSOL.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de saudar V.Exa. pela sua recondução nesta nova Legislatura à Presidência deste Conselho. Sou testemunha, assim como outros colegas, do seu esforço para que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar cumprisse plenamente suas funções na Legislatura passada. Também sou testemunha e compartilhei da sua frustração em relação a algumas insuficiências, não tanto do Conselho e do próprio Regimento, mas da ética de alguns representados aqui, que embora não tenham visto o termo da representação contra eles tramitado, revelaram na sua própria postura que não estavam à altura do mandato que exerciam.

Mas isso é passado, e o passado nos constitui no presente. Como todos sabem, todo mundo tem um histórico de vida. Por isso, estou aqui na companhia dos Deputados Ivan Valente e Jean Wyllys, da Senadora Marinor Brito e do Presidente Regional do nosso pequeno e aguerrido PSOL no Distrito Federal, Antônio Carlos de Andrade, o Toninho, para mostrar que se trata de uma iniciativa de partido. E gostaríamos de ter como litisconsortes todos os partidos desta Casa, inclusive o PMN.



Estou aqui para cumprir o nada agradável dever de trazer, tão logo constituído o Conselho com dignos representantes — ninguém está aqui com espírito de corpo, o que não significa fazer do exame de representações uma autoflagelação para o Legislativo, Poder fundamental em qualquer democracia — uma representação contra a Deputada Federal Jaqueline Roriz, do PMN do Distrito Federal, que mereceu a confiança do povo de Brasília para exercer um honrosíssimo mandato, mas não ofereceu a esse mesmo povo a oportunidade de saber aquilo que S.Exa. negara com veemência: uma suposta participação nas malfeitorias caracterizadas como “Mensalão do DEM” e que envolvem figuras públicas de outros partidos. Lamentavelmente, há uma suposta videoteca em posse do Dr. Durval Barbosa que precisa vir a lume com plenitude.

De toda forma, como recentemente todos ficamos sabendo e todos ficamos surpresos com gravações que comprometem fortemente a Deputada — gravações essas com a chancela do Ministério Público, que já tomou as devidas providências, além da iniciativa do próprio Supremo Tribunal Federal de abrir inquérito e das investigações policiais em curso —, é hora de a Câmara agir, através do seu órgão máximo de correição, que é o Conselho de Ética, sem nenhum prejuízo para a Corregedoria, que também já está cumprindo a sua função, que, por natureza, é mais singela, é mais interna. O Conselho é um órgão público, onde inclusive eventuais denúncias falsas ou representações inconsistentes podem ser arquivadas — não é seguramente o caso da nossa.

Estamos aqui para apresentar, já agora, essa iniciativa, essa representação do PSOL, seguros de que o Conselho fará todo o exame, garantindo o óbvio, o direito de defesa, mas sem contemporização alguma.

Seria muito ruim para um Parlamento que inicia os seus trabalhos, sob a égide principal da reforma política — alguns estão vindo de uma reunião, como a de ontem, muito alentada —, que tem como motivação principal a crise de credibilidade na representação, seria muito ruim se iniciássemos uma legislatura sem nos debruçarmos, infelizmente, digo eu, sobre essa questão.

O Presidente disse bem, o ideal seria que esse Conselho ficasse ocioso, que ele até se extinguísse por falta de objeto, mas infelizmente ainda não é o caso.



Quem sabe os nossos netos verão uma política plenamente ética e com moralidade pública.

Portanto, partindo do princípio de que a vida pública é um contínuo, de que ética não tem prazo de validade, de que eleição, sem que seja revelado ao eleitor todas as condições da vida pregressa, no que diz respeito à atividade pública, obviamente, do postulante — não é anistia ampla, geral e restrita —, nós estamos trazendo aqui essa representação.

Informo ao Sr. Corregedor Eduardo da Fonte, com quem já conversei pessoalmente também, que em relação ao memorando que o PSOL entregou à Presidência da Casa, obedecendo ao trâmite regimental, fizemos um aditamento para que na atividade de sindicância da Corregedoria seja também incorporada esse fato novíssimo, com provas documentais robustas, que dão conta de que a Deputada Jaqueline Roriz teria utilizado a verba indenizatória para aluguel de um escritório pertencente à família Arceu. Assim, na nossa visão, comprovando-se isso, obtendo vantagens indevidas, que é outro item que fere a ética e o decoro parlamentar do nosso código.

Portanto, vamos encaminhar ao Presidente, que certamente levará ao nosso Corregedor esse aspecto, e, de imediato, a representação que o PSOL aqui traz. Reitero, com a certeza de que esse Conselho é em defesa da boa política brasileira, contra a descrença generalizada e o ceticismo, que inclusive contaminam a vida partidária brasileira, na medida em que a população não se sente estimulada a dela participar.

O Conselho não vai faltar com os seus deveres. Vai mostrar, de fato, que estamos numa legislatura nova, numa concepção nova e numa composição renovadora e alentadora para o Brasil desse Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do qual não mais participarei, mas ao qual, sempre que necessário, estarei presente para contribuir. Não é com espírito de Torquemada, nem de santa inquisição, porque aqui não há vestal, nem pureza nem dono da verdade. Agora, há o compromisso que sempre proclamamos como valor universal, princípios cardeais, como o da moralidade pública, da probidade e do mandato como serviço, como representação, como dedicação, e não como meio de aumento patrimonial ou objeto de ações escusas para se perpetuar com o poder prestígio e interesse próprio.



Então, já encaminho, assim que V.Exa. determinar, Presidente, a representação, para que ela seja formalmente protocolada e o processo possa se iniciar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Vou conceder a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, depois ao Deputado Silvio. Antes, porém, quero saudar o PSOL, quero saudar a Senadora Marinor Brito, que está presente. Quero dizer também, Deputado Chico Alencar, que por minha vontade e se o meu projeto já tivesse sido aprovado, V.Exa. não estaria falando como Líder do PSOL, estaria falando como conselheiro, porque um dos itens que há no meu projeto é exatamente aumentar o número de conselheiros para que todos os partidos, inclusive os com menor número de Deputados, possam fazer parte desse conselho, que hoje tem 15 conselheiros. Nessa proposta, solicito elevar esse número para vinte e cinco, justamente para permitir que os partidos com menor número de Deputados, como o PSOL, sejam parte integrante desse Conselho.

V.Exa., quando fez parte desse colegiado, deu grande colaboração. As críticas de V.Exa. são um estímulo para este Presidente.

Concedo a palavra primeiramente ao Deputado Onyx Lorenzoni e, em seguida, ao Deputado Silvio.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, primeiro, quero, em nome da bancada do DEM, que me enviou para cá como seu representante, saudar V.Exa. e lhe dizer que estaremos aqui vigilantes, da forma como V.Exa. e outros Parlamentares conhecem, para defender princípios e valores.

O problema é que o cachimbo da ideologia entorta a boca, embaça a visão. Há pouco, um Parlamentar que eu respeito, experiente, cometeu um equívoco quando disse "*o episódio do mensalão do DEM*". A representação a que V.Exa. se referiu não existia, o DEM nem existia! O DEM passou a existir em fevereiro de 2007, Deputado. Os fatos a que V.Exa. se refere os quais a imprensa noticia são de 2006.

O que havia e começa a ficar cada vez mais comprovado era um esquema de corrupção gravíssimo no DF. Não há instituição imune à corrupção. Aquele que



morreu na cruz há 2 mil anos anos foi entregue por 30 dinheiros e havia escolhido apóstolos.

Portanto, a corrupção é uma tragédia na vida das sociedades. E esse é um exemplo que me permite dizer o seguinte: há que se ver como as instituições reagem à corrupção. A história das instituições políticas brasileiras mostra que essas, quando enfrentaram a corrupção, acobertaram-na, esconderam-na, varreram-na para baixo do tapete.

Eu tenho orgulho e honra de representar um partido que, em 60 dias, doendo na carne, botou todo mundo para fora. E eu quero saber quem é no Brasil que botou para fora os que estavam envolvidos em escândalos de corrupção.

Então, é com essa condição, Sr. Presidente, que vou participar deste debate. Sempre me posicionei claramente. Sempre fui uma pessoa que pautou sua vida pública na transparência. Por isso, tenho amigos em todos os partidos. Sempre debati as questões doutrinárias e ideológicas, mas jamais personalizei os nossos debates.

O PSOL do Rio Grande do Sul tem uma pessoa com quem debati à exaustão, por quem tenho muito respeito e que está fazendo muita falta a este Parlamento: a Deputada Luciana Genro. Apesar de campos opostos, nós soubemos sempre, em alto nível, com respeito, duelar o bom duelo e fazer a boa política.

Eu queria apenas fazer este registro, porque eu acho que se cometeu pela ideologia uma injustiça com o DEM, quando se deu a ele o nome a um esquema de corrupção pregressa, porque as fotos e os vídeos que derrubaram o ex-Governador foram feitos antes que o Democratas existisse. Se o esquema se manteve, paga-se a conta, e nós não tivemos nenhum vacilo. Basta voltar aos jornais da época, às declarações de Ronaldo Caiado, às minhas, às de Demóstenes Torres, às de Rodrigo Maia. Mesmo sabendo que estamos cortando a própria carne, nós nunca vacilamos e jamais vacilaremos com princípios e valores.

É com esse espírito que sei da responsabilidade de representar o DEM neste colegiado.

V.Exa. vai poder contar comigo em todos os momentos, porque o Parlamento brasileiro, para voltar a adquirir o respeito da sociedade, primeiro deve se dar ao respeito. E para o bem ou para o mal, caberá a cada um de nós medir atos, fatos e



situações em que Parlamentares vão se apresentar, ou pretendem, ao longo desse mandato.

Portanto, Presidente, V. Exa. tem o desafio, bem como cada um de nós, mas eu não podia deixar que a injustiça aqui estivesse presente. O DEM pagou a conta, o DEM não merece estar rotulado de um esquema que existia talvez 10 anos antes sequer de o DEM nascer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Chico Alencar, V.Exa. terá a palavra dentro de instantes, pois o Deputado Silvio Costa já está pacientemente pela ordem aguardando a hora de falar.

Portanto, V.Exa. tem a palavra, Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, muito obrigado.

Primeiro, para fazer um comunicado que já deve ter chegado ao meu partido, nós fizemos uma inversão. Estou ali como titular, mas o titular é o companheiro pernambucano Jorge Corte Real e eu vou ficar como suplente. Quero gastar 2 minutos.

Este Conselho de Ética talvez seja o conselho que tenha a maior responsabilidade na história da República. Por quê? É o primeiro Conselho de Ética após a Lei da Ficha Limpa. Eu já estou escutando nos corredores que coisas pretéritas, erros do passado não serão julgados aqui. Estou escutando isso. Acho que é um tiro no pé se esse Conselho de Ética começar agindo dessa forma.

Parece que existem algumas igrejas evangélicas, não sei quais, não estou acusando, mas há algumas igrejas evangélicas em que o cara passa a vida toda pecando, depois se converte na igreja e vira santo. Parece-me que esse Conselho de Ética não tem vocação para ser esse tipo de igreja.

Então, quero, como suplente — só vou votar quando o companheiro Jorge Corte Real não estiver — começar fazendo um apelo. Todo mundo, é evidente, tem o direito aqui de se defender. Esse Conselho não tem o direito de acusar num primeiro momento, de defender num primeiro momento, ele tem a obrigação de ser imparcial, de julgar efetivamente dentro das leis e da ética no nosso País.

Agora, acho que este Conselho efetivamente pode começar dando oportunidade à Deputada. Tenho certeza de que o Sr. Corregedor do meu Estado,



Deputado Eduardo da Fonte, vai dar oportunidade à Deputada Jaqueline Roriz. Entenderam voraz? Não, é Roriz. A Deputada Jaqueline Roriz evidentemente vai apresentar aqui suas defesas, suas teses. Quero agora me dirigir a todos os companheiros, aos 15 titulares.

Talvez essa seja a porção da Casa, Deputado Carlos Sampaio, que tenha a maior obrigação de interagir com a sociedade brasileira, de interagir com a opinião pública, de efetivamente dialogar com a opinião pública. Entretanto, é preciso muita cautela, muita responsabilidade quando se estabelece esse diálogo, porque esse diálogo, ao mesmo tempo em que é fundamental, é perigoso, porque a coisa mais fácil da política é fazer populismo, é fazer proselitismo. De vez em quando vejo companheiros defendendo salário mínimo de 5 mil reais. Quem é que não quer pagar 5 mil reais de salário mínimo? Agora, de onde vem o dinheiro?

Então é preciso que tenhamos sinceramente muita responsabilidade para que não cedamos à acusação mais fácil e também não cedamos à inocência mais fácil. Já há uma tese, que será discutida, do caixa 2. Parece-me que essa tese já foi discutida aqui. É um problema que teremos de enfrentar: se manteremos a tese do passado ou a do presente.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que V.Exa. continua na Presidência pelo belo trabalho que fez, mas espero, com todo respeito aos companheiros do passado, que esse seja um novo Conselho de Ética da Câmara Federal do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Silvio, com as ferramentas e as condições que o Presidente Marco Maia nos garantiu, tenho certeza de que este será um novo Conselho de Ética. Não tenho a menor dúvida disso.

V.Exa. está aqui como suplente, mas sei que estará sempre presente, vai participar dessa reforma. E tenho muita fé que V.Exa. também vai nos ajudar, e muito.

Deputado Chico Alencar, antes de V.Exa. responder, quero lhe dizer que, desde pronto, recebo a representação que V.Exa. disse que tem em mãos. O Conselho está pronto para receber sua representação e dar o encaminhamento regimental.



Peço licença ao Deputado, mas, como já falaram vários homens e estamos no mês internacional da mulher, quero conceder a palavra à Deputada Liliam Sá.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Quero parabenizá-lo pela excelente condução dos trabalhos e por V.Exa. estar presidindo a mais importante Comissão desta Casa.

Como já disseram os colegas, não quero me estender. Já falaram sobre vários tipos de assuntos que teremos que rever nesta Comissão. Mas quero apenas dizer algumas palavras ao Deputado Silvio Costa, porque ele citou aqui, e eu como evangélica...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Mas eu falei algumas. Pelo amor de Deus, não bote a carapuça.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Espera aí, é só para dizer uma coisa. Não estou vestindo a carapuça, não.

O senhor deve ler a Carta de Filemon, que fala sobre ética. O Evangelho não faz santo, ele separa os santos. Então, se alguém se faz santo, ele mesmo está vestindo a carapuça de santo.

Eu só queria dizer isso a V.Exa., pois ficou mal. Há muitos evangélicos aqui presentes, e que não se sintam ofendidos.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Deputada, por favor, eu não agredi nenhum evangélico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Silvio, por favor, deixe a Deputada concluir.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - ... entrar nessa questão religiosa, só para esclarecermos certas coisas.

Eu me sinto muito feliz de participar desta Comissão. Eu sou suplente e quero contribuir, da melhor forma possível, com os nossos pares. Represento o Partido da República. Nós temos o nosso suplente aqui, o Deputado Lúcio. Quero apenas deixar claro que nós temos muitas coisas para fazer e para ver. Eu me ponho à disposição desta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputada. Com a palavra o Deputado Fernando Francischini.



Deputado Ivan Valente, concederei a palavra ao Deputado Francischini, pois S.Exa. pediu antes. Depois, falará V.Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de cumprimentá-lo pela recondução à Presidência deste Conselho de Ética. Cumprimento também o nosso Corregedor.

Realmente, é um prazer estar aqui representando a minha instituição, a Polícia Federal. Sou Delegado da Polícia Federal e acompanhei, nos últimos anos, todas as grandes operações da minha instituição. A Operação Caixa de Pandora é uma operação referência da instituição no combate à corrupção em todo o País.

Quero aditar e complementar o requerimento do Deputado Chico Alencar, requerendo a V.Exa. uma audiência pública, convidando — já que o nosso estatuto do Conselho não permite a convocação — o Sr. Durval Barbosa para que venha a este Conselho de Ética prestar esclarecimentos.

Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, nós estamos avaliando o Projeto de Lei nº 6.578, que já veio aprovado do Senado Federal, falando sobre a delação premiada. A delação premiada pressupõe que a pessoa entregue tudo o que sabe, colabore com a Justiça, com o Ministério Público, com a Polícia.

E nós não podemos ficar à mercê de alguém que guarde dentro das suas gavetas, dentro dos alfarrábios documentos para chantagem política, corrupção, desvios de conduta. Eu acho que se esse senhor não comparecer, com o convite, a esta Comissão, V.Exa. como Presidente do Conselho de Ética, com o nosso apoio, tem que oficialar ao Ministério Público do Distrito Federal e ao Ministério Público Federal pedindo a suspensão da delação premiada do Sr. Durval Barbosa, para que ele realmente apresente tudo o que tem.

Eu acho que se nós somos Deputados Federais e estamos no Conselho de Ética é realmente para passar a limpo o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados. E é só depois de todos esses vídeos, depoimentos, documentos que ele tem virem a público é que nós poderemos passar a limpo o Distrito Federal e a política.

E não é só num partido, Deputado Onyx Lorenzoni. Nós não podemos citar o PT, não podemos citar o PSDB, o DEM. Todos nós temos problemas de corrupção



— na Polícia Federal, na política, no Judiciário. Nós temos que focar nas pessoas que têm desvio de conduta, e aqui nos Parlamentares.

Não é um prazer fazer isso, mas nós temos que cortar na própria carne para servir de exemplo e podermos voltar para o nosso Estado de cabeça erguida, mostrando que estamos tomando decisões sérias e temos compromisso.

Esse Durval Barbosa tem que ser ouvido, Deputado Chico Alencar. Não dá para mais para ele continuar a cada mês revelando um novo vídeo, colocando a faca no pescoço de políticos, cada vez revelando fato novo.

Então, fica o meu complemento, um pedido de audiência pública, convidando o Sr. Durval Barbosa para que venha até o Conselho de Ética esclarecer e apresentar provas que ele ainda tenha e que não apresentou para o Ministério Público.

É esse o nosso pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Fernando Francischini, V.Exa. participa da primeira sessão deste Conselho, e já está angustiado. Imagine, Deputado, eu que estou com 2 anos como Presidente e mais três como membro, a angústia que sinto pela impotência deste Conselho.

Se tivesse sido aprovado o nosso projeto, nós poderíamos fazer exatamente o que V.Exa. pede, para a Polícia Federal conduzi-lo até aqui, desde que na condição de testemunha. No desenrolar da apuração, qualquer uma das partes, ou da defesa ou de algum conselheiro, ou o Relator pode pedir o convite, que, infelizmente, muitas vezes não é atendido.

Eu gostaria que fosse exatamente como V.Exa. pede. Eu tenho certeza de que V.Exa. vai ser um árduo defensor dessa proposta do Conselho de Ética, de ter as prerrogativas de uma CPI, e que possa fazer com que pessoas como esse Durval, que a cada instante sangra a população com um escândalo atrás do outro, quando ele podia, já que realmente quer prestar um serviço ao Brasil, e devia, escancarar, botar tudo o que tem, fazer tudo de uma vez... O Brasil, os políticos não ficariam sofrendo a conta-gotas, como ele vem fazendo durante todo esse tempo. Eu acho que isso é uma chantagem com o povo brasileiro.

Portanto, endosso as palavras de V.Exa. e gostaria de ter exatamente poderes para trazê-lo a este Conselho, e ouvi-lo, sentado na condição de



testemunha, ou de réu, para que pudesse dizer tudo o que sabe e trazer tudo o que tem contra todos os políticos, e principalmente dizer se tem algum outro Deputado envolvido na caixinha com que a cada dia ele premia.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, complementando e apoiando suas palavras no sentido da criação de poderes de CPI para este Conselho de Ética, acho que temos que convidá-lo e, ele não comparecendo, devemos convidar o Procurador da República e o Delegado da Polícia Federal que conduz a Operação Caixa de Pandora, para que venham a esta Casa revelar ou trazer à lume a notícia da existência ou não de outros Deputados da Casa envolvidos em corrupção, ou se há outros vídeos, pois não podemos estar a todo momento diante de uma informação que coloque em dúvida a credibilidade da Câmara dos Deputados.

Então, V.Exa. tem meu apoio. Com certeza, os partidos vão apoiar sua propositura no sentido de se outorgar poderes de CPI para este Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Uma outra coisa que o Conselho pede é exatamente poder fazer, de ofício, essas ações. O fato é que ficamos aqui de pés e mãos atadas, aguardando que alguém faça uma representação à Mesa, por meio do Corregedor, ou por intermédio de um partido, como faz o PSOL agora ao Conselho de Ética.

Mas não podemos, de ofício, tomar essa iniciativa. E muitas das vezes este Conselho gostaria exatamente de fazê-lo de ofício, como V.Exa. bem disse.

Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente. Depois, falará o Deputado Sibá Machado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, o Deputado Chico Alencar tem uma indagação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Então, concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

Sendo S.Exa. do PSOL, mesmo partido do Deputado Ivan Valente, que é um Deputado assíduo neste Conselho e em outras Comissões, onde temos vários embates — e quero dizer ao Deputado Ivan Valente que não teremos embates aqui, pois estamos do mesmo lado, querendo a mesma coisa —, vou conceder a palavra ao Deputado Chico Alencar.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não vou travar o bom duelo que Luciana Genro trava com o Deputado Onyx Lorenzoni, que é um Deputado de ideias, causas e ideologias radicalmente diferentes, distintas das do PSOL. Mas é neste âmbito que se dá a nossa disputa — e assim será pelos próximos 4 anos. Hoje já começou. Quando fiz uma menção rápida, a partir da videoteca do ex-Secretário Durval Barbosa, também fiz referência ao “mensalão do DEM”, até porque foi uma expressão que a própria imprensa consagrou. Há o “mensalão do PT”, que incomoda os meus amigos do PT; há o “mensalão do PSDB”, que incomoda o Deputado Carlos Sampaio e outros, que foi o “mensalão” do Azeredo, em Minas. Espero, e estamos lutando para isso, que não haja o “mensalão do PSOL”, senão o PSOL fenecerá.

Mas a minha observação foi apenas nesse sentido: a representação é contra a Deputada Jaqueline Roriz. Eu queria sinceramente que até mesmo o seu partido, o Partido Municipalista Brasileiro, também se consorciasse a essa iniciativa.

Entendemos, claro, que o combate à corrupção é permanente, corrupção que muitas vezes parece inerente à condição humana, mas há sistemas político-eleitorais que favorecem a maior ou a menor corrupção. Por isso o fortalecimento dos partidos e esse princípio da moralidade pública, pelo qual o Conselho há de zelar, devem ser sempre proclamados. E isso nos une, Deputado Onyx Lorenzoni.

Então, é só isso. Não vamos ficar debatendo aqui.

Gostaria, Presidente, ao final desta reunião, pois creio que já está sendo encerrada, fazer a entrega formal, com o protocolo e o recibo, para que tudo ande mais rápido e logo tenhamos Relator e cronograma de trabalho para essa representação.

Desculpe-me, eu quis dizer Partido da Mobilização Nacional, e não Partido Municipalista Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Deputado José Carlos Araújo, eu queria apenas cumprimentar V.Exa. pela recondução à Presidência deste Conselho, assim como cumprimento o Deputado Eduardo da Fonte pela assunção da Corregedoria.



Quero dizer que não podemos neste Conselho de Ética ter uma postura defensiva. A pior coisa que pode acontecer com o Conselho de Ética é ele se tornar refém do corporativismo ou da corporação.

O Conselho é eleito para analisar os fatos ou para, à luz dos acontecimentos, fazer um julgamento justo, imparcial e com direito de defesa. Então, o PSOL vem fazer isso como obrigação, até porque o Conselho de Ética precisa ser acionado, como disse o Presidente, pela Corregedoria ou pelos partidos políticos. E, portanto, o PSOL não se furta a essa obrigação.

Mas queremos dizer que honestidade é obrigação, não é virtude. Estamos aqui fazendo um dever de ofício na condição de partido político e de Parlamentares para que a imagem do nosso Congresso seja resgatada. E digo isso porque, ou tomamos conhecimento do que a população interpreta debaixo de todos esses escândalos, ou haverá generalização. Portanto, vamos atacar as raízes.

Eu acabei de sair da Comissão da Reforma Política, onde vamos discutir a questão do financiamento de campanha. E é disso que se trata, porque uma grande parte dos casos que chegam aqui está ligada ao financiamento de campanha. É o financiamento privado que está na raiz da corrupção do nosso País. Então, as coisas são correlatas. Estamos discutindo exatamente isso, a reforma política. Talvez, Deputado José Carlos Araújo, vão-se reduzir em muito os casos que nos obrigam a vir até aqui, a contragosto, talvez, para condenar colegas de Parlamento que romperam com a ética, que praticaram ilegalidades ou irregularidades. Esta é a obrigação da cada um.

Então, cumprimentando V.Exa., em nome da nossa bancada do PSOL, que aqui compareceu em coletivo, na condição de partido, não como indivíduos, e vamos apresentar essa representação.

Quero dizer que esperamos que os trabalhos sejam conduzidos com o máximo de amplitude no direito de defesa, mas com o Conselho de Ética cumprindo o seu papel para resgatar a imagem do Parlamento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.



Concedo a palavra ao ex-Senador e agora Deputado Sibá Machado, que pacientemente também esperou sua vez de falar.

Peço desculpas, Deputado, por tê-lo feito esperar tanto, mas o PSOL estava ávido por colocar suas ideias e apresentar sua representação no bojo desse processo.

Com a palavra o nobre Deputado Sibá Machado.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, que parabenizar V.Exa. pela recondução ao posto de Presidente deste Conselho, assim como parabenizo nosso Corregedor, cujo trabalho já acompanho há algum tempo. Sinto-me gratificado por ter V.Exa. presidindo este Conselho.

Agradeço à Liderança do meu partido a minha indicação para compor este Conselho. É claro que agradeço muito V.Exa. pelas palavras a respeito da minha pessoa, apesar de que os elogios foram bem além da minha capacidade.

Quero dizer que iniciamos este trabalho com o fato agora concretizado pelo PSOL. Acho que interessa à Câmara, à Casa e a todos nós que analisemos e julgemos os fatos e ofereçamos à Mesa Diretora e ao Plenário desta Casa aquilo que foi resultado de uma apuração.

Temos os nossos limites e não podemos estar inovando naquilo que não é de nossa competência, a não ser que haja aperfeiçoamentos legais, dos quais tivemos notícia pela leitura das pendências jurídicas que V.Exa. fez no início desta reunião, tanto no que se refere ao nosso Código, quanto do ponto de vista constitucional.

Em relação a isso, complementando a preocupação manifestada na representação do PSOL, acho que devemos, sim, ter uma resposta prévia sobre a competência deste Conselho para julgar fatos pretéritos.

Isso realmente chamará nossa atenção. Acredito que, antes de analisarmos, de fato, o mérito da representação, tenhamos que chegar a uma conclusão sobre o tema, sob pena, Sr. Presidente, na minha opinião, de passarmos o tempo inteiro discutindo um assunto que atrapalhará até mesmo o trabalho deste Conselho.

Em sendo realizada essa discussão previamente — e não sei se este é o entendimento de V.Exa. —, teríamos a garantia de poder trabalhar com muito mais rapidez sobre os documentos de que teremos acesso tão logo V.Exa. os distribua.



É claro que não é importante para nós, em meu entendimento, que tratemos assunto dessa natureza apenas sob o ponto de vista ideológico. Temos um fato concreto, uma denúncia. Vamos analisar a procedência e, a partir daí, poderemos oferecer um resultado prático não para este Conselho, mas para a Casa.

Quero parabenizar o Presidente Marco Maia porque, em todos os momentos, S.Exa. tem se pronunciado de maneira muito firme sobre o fato concreto que vamos discutir agora, proposto pelo PSOL, que é a representação contra a Deputada Jaqueline.

Não acompanhei a conversa de V.Exa. com o Presidente da Casa, mas entendo que S.Exa. está inteiramente disposto a deixar que V.Exa. conduza este Conselho, da forma como sempre fez, da melhor maneira possível, como é peculiar aos trabalhos de V.Exa.

Portanto, encerro aqui mais uma vez parabenizando V.Exa. pela Presidência deste Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Sibá Machado.

Deputado Chico Alencar, sei que V.Exa. está ansioso para passar esse fardo que está em suas mãos às mãos do Conselho.

Logo após a palavra do Corregedor, que vai dizer algumas palavras, vou livrá-lo dessa carga e transferi-la ao Conselho.

Na próxima semana designarei um Relator para debulhar toda essa matéria que V.Exa. nos entregará.

Concedo a palavra ao nobre Corregedor, Deputado Eduardo da Fonte.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Perdoe-me. Peço desculpas a V.Exa. desde já, mas o Corregedor precisa se ausentar. Logo depois, concederei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Gostaria de cumprimentar os Deputados e Deputadas presentes e de parabenizar o Deputado José Carlos Araújo pela recondução à Presidência do Conselho de Ética.



Quero dizer que iremos, à frente da Corregedoria, seguir rigorosamente o Regimento da Câmara dos Deputados para que possamos auxiliar e colaborar permanentemente com os trabalhos deste Conselho.

Gostaria aqui de dizer mais uma vez da importância que este Conselho tem e terá para o nosso País, para que possamos corresponder às expectativas do povo brasileiro.

Meu muito obrigado. E boa sorte a todos que fazem parte deste Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Eduardo da Fonte, quero agradecer, primeiro, a sua presença na tarde de hoje na reunião deste Conselho, fato que nos trouxe grande prestígio.

Em segundo lugar, agradeço as palavras que V.Exa. acabou de proferir.

Concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho, pedindo nossas desculpas a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, primeiro quero me somar às posições manifestadas pelas demais Lideranças hipotecando apoio ao vosso mandato como Presidente, torcendo para que V.Exa. faça um excelente trabalho à frente do Conselho.

De outro lado, nobre Presidente, é importante que tenhamos alguns cuidados. Ouvindo aqui algumas falas, devo dizer que o papel deste Conselho é muito relevante. E, como citado pelo querido Deputado Ivan Valente, acho que não podemos ficar na defensiva, mas também não é nosso papel ficarmos na ofensiva. Não podemos deixar que este Conselho se transforme em tribunal de inquisição, e sei que, às vezes, as vaidades nos conduzem a isso, ou seja, cada qual quer mostrar que é mais ético do que o outro, o que é um risco muito grande.

Então, é preciso que a gente faça cumprir as normas regimentais, que se garanta pleno direito de defesa a todos e a todas, para que a gente possa fortalecer a nossa democracia.

Nessa mesma linha de raciocínio — e eu me somo à fala do nobre Deputado Ivan Valente —, sei que um dos grandes problemas pelos quais passamos hoje na política é porque hoje temos um modelo caduco, ultrapassado. Se não tivermos a coragem de fazer o que tem que ser feito — porque aí é a raiz da questão —, obviamente a cada mandato que se suceder ficaremos mais desgastados,



acumulando problemas e administrando situações que, infelizmente, empobrecem muito este Parlamento.

Ainda nesse sentido, quando defendemos o fortalecimento desta Casa, é preciso fortalecer também o papel dos partidos políticos. Eu não acho, portanto, que seja, para qualquer liderança, eticamente correto, politicamente correto, estender a posição de um ou outro filiado para todo o partido.

Por isso, nobre Deputado Onyx, solidarizo-me com V.Exa. Ainda que seja um filiado do DEM, que não era na época, foi um filiado do DEM, mas não se pode estender isso ao “mensalão do DEM”, assim como se foi um filiado do PT, não é politicamente correto atribuir a todo o PT, ou, se a atitude é de um membro do PSDB, atribuir o problema a todo o PSDB. Isto fazem aqueles e aquelas que querem destruir a instituição partido político, aqueles que querem fortalecer as vaidades, aqueles que querem, lamentavelmente, fortalecer o individualismo, destruindo com isso os partidos políticos. Não há nenhuma democracia forte no mundo sem partidos fortes. É preciso termos esse cuidado, esse respeito, em vez de ficarmos tentando destruir nossos partidos.

Era isso, nobre Presidente. E reafirmo nosso compromisso de lutar para que este Conselho cumpra o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Assis Carvalho.

O Deputado Ricardo Izar é o último orador inscrito. Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, primeiro, queria agradecer a homenagem e a citação que foi feita ao meu pai, Deputado Ricardo Izar, que presidiu este Conselho por dois mandatos, e acho que numa das épocas mais difíceis e conturbadas do Congresso Nacional, com os episódios do mensalão e dos sanguessugas. Apesar das pressões, das chantagens, das ameaças, acho que ele conduziu tudo de maneira justa, transparente. Naquela época acontecia um problema aqui: os casos eram mandados para o Plenário, e o Plenário absolvía os envolvidos, porque o voto era fechado, o que eu acho que é outro assunto que temos de tratar muito bem aqui. Mas eu via meu pai naquela época muito angustiado com a decadência e o descrédito de valores do Congresso Nacional.



Acho que o Conselho tem de mostrar para a sociedade que nós estamos preocupados com isso também.

Sr. Presidente, quero parabenizar o senhor pela coragem de assumir a Presidência do Conselho de Ética e expressar nosso alento por saber que o senhor não vai fazer disto aqui um tribunal de exceção, e sim um Conselho de Ética justo e independente, principalmente.

Parabéns pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Ricardo Izar.

Deputado Chico Alencar, estou à sua disposição para receber a representação. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra...

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Sr. Presidente, por favor, eu gostaria de me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Eu gostaria de parabenizar a todos pela instalação da Comissão. É um prazer estar aqui como suplente junto do PV.

Eu queria dizer a V.Exas. que é tão grande a preocupação com a ética na política, que eu fico até assustado. E lamento profundamente que nós estejamos vivendo numa sociedade do espetáculo, onde muitas vezes a necessidade da notícia atropela o bom senso, etc. Não sou nenhum insano a ponto de não perceber que isso faz parte da nossa vida, do nosso dia a dia, mas, por exemplo, eu vejo neste momento, neste instante tão sério, que, lamentavelmente, essa sociedade do espetáculo realmente se impõe sobre tudo.

Nós vimos hoje um gesto, uma ação seriíssima, a representação contra uma Deputada Federal, com provas e divulgação na própria mídia. O interesse é tão espetacular, em meio a milhões de coisas importantes que estão acontecendo na nossa Casa, que a própria representação vira mais um espetáculo.

Eu compreendo, Sr. Presidente, que V.Exa., que já presidiu este Conselho antes, deve observar muito bem o que está se passando, para poder conter essa necessidade que muitos têm de tornar a notícia mais importante do que o fato.



Sr. Presidente, eu tenho certeza absoluta da sua altivez e serenidade em relação a esse procedimento. Quero dizer a V.Exa. que também quero contar com o apoio dos companheiros. Já colhi cento e poucas assinaturas para a PEC, que institui Conselhos de Ética e Código de Ética em todos os Parlamentos do País, como as Câmaras Municipais e Assembleias. Quando eu disse que estava fazendo essa PEC as pessoas se assustavam e falavam: “Mas é preciso?” Para V.Exa. ter uma ideia — a Vereadora Liliam Sá está aqui ao meu lado e foi Vereadora comigo no Rio —, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro só agora, no ano passado, criou o seu Conselho de Ética, ainda embrionário e com grandes dificuldades.

Mas ressalto a importância da PEC no sentido de estabelecer a obrigatoriedade de todas as Casas legislativas terem o seu Conselho. Por muitas vezes serviu de escudo, não tomando atitude com determinado comportamento de Parlamentar, o fato de a Casa não dispor de um Conselho.

Sr. Presidente, são essas as minhas referências nesta tarde. Coloco-me à disposição de V.Exa. humildemente, dentro da pouca experiência que tenho, mas V.Exa. terá aqui um companheiro para ajudá-lo nessa difícil tarefa de presidir este Conselho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado. Quero dizer a V.Exa. que eu gostaria imensamente que este Conselho jamais fosse notícia. Este Conselho ficaria muito melhor se ele não se reunisse e não precisasse ser notícia. Infelizmente, isso nem sempre é possível. Mas durante os 2 anos em que fui Presidente, este Conselho foi notícia muito pouco, graças a Deus. E espero que, neste ano, embora começemos já no primeiro dia com representação, vamos ver se paramos por aí. Mas, já que recebemos a representação, temos que cumprir com o nosso dever.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.